

## EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2021

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 025/2021

O MUNICÍPIO DE São Jorge – RS, em conformidade com a Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, torna público, o presente edital aos que virem ou dele tomarem conhecimento que se encontra aberta a licitação na modalidade de CONCORRÊNCIA, do tipo “Menor Preço Global”, conforme descrições previstas no presente edital, recebendo as propostas e as documentações no Setor de Licitações do Município, devendo observar os seguintes prazos:

I - Data e hora limite para entrega dos envelopes de Habilitação – n.º 01 e de Proposta – n.º 02 no Setor de Licitações do Município, até às 09h00min00s do dia 08 de setembro de 2021.

II - Data e hora de início da sessão pública para julgamento da presente licitação na Sala de Reuniões do Município: até às 09h00min00s do dia 08 de setembro de 2021.

#### 1– DO OBJETO

Item	Quando Estimada para 12 meses até	Um	Descrição dos Serviços	Valor Unitário Máximo	Valor Total Anual Estimado
01	360	Sessões	Prestação de serviços de sessões com profissional de fonoaudiologia, devendo executar as atividades constantes no item “1.4.1.” e cumprir as demais obrigações constantes neste edital.	R\$ 76,00	R\$ 27.360,00
02	20	Laudos	Emitir quando necessário, Laudos Técnicos de avaliações dos pacientes.	120,00	2.400,00
<b>TOTAL R\$</b>				196,00	29.760,00

**Obs. Serão desclassificadas os licitantes que cotarem preço superior ao fixado acima.**

1.1. Os quantitativos constantes na tabela acima devem ser interpretados apenas como uma estimativa anual, e foram calculados levando em consideração o período de vigência do contrato de até 12 (doze) meses.

1.2. O Município poderá nas mesmas condições contratuais, realizar acréscimos ou supressões na quantidade estimada, considerando o limite de até 25% (vinte e cinco por

cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do art. 65, § 1º, da Lei Federal n. 8.666/93.

**1.3. A CONTRATADA não poderá cobrar dos pacientes, ou de seus responsáveis, qualquer complementação aos valores pagos pelos serviços prestados, sob pena de rescisão contratual e aplicação das penalidades legais e contratuais cabíveis.**

**1.4. DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE FONOAUDIOLOGIA:**

1.4.1. Os serviços de fonoaudiologia tem como objetivo atuar na promoção da saúde, prevenção, avaliação e diagnóstico, orientação, terapia (habilitação e reabilitação) e aperfeiçoamento dos aspectos fonoaudiológicos da função auditiva periférica e central da função vestibular, da linguagem oral e escrita, da voz, da fluência, da articulação da fala e dos sistemas mio funcional, orofacial, cervical e de deglutição, neste sentido, cabe destacar que os serviços serão destinados principalmente às crianças referenciadas da rede pública de ensino; aos adultos que apresentam sequelas em virtude da ocorrência do AVC, e aos que realizam tratamento de outras inúmeras doenças.

1.4.2. Os serviços de fonoaudiologia serão realizados através de avaliações e sessões, conforme demanda e encaminhamento da Secretaria Municipal de Saúde.

1.4.3 Com a finalidade de atingir os resultados constantes no item “1.4.1” as sessões de fonoaudiologia deverão ter em média 40 minutos de duração.

1.4.4. É estimada a realização de 20 avaliações durante o período de 12 (doze) meses, sendo que o município realizará o pagamento no valor de R\$ 120,00 (cento e vinte reais), para cada avaliação, conforme Item 01 – DO OBJETO.

1.4.5. A licitante vencedora dos serviços de fonoaudiologia deverá manter consultório equipado no perímetro urbano do Município de São Jorge, RS, para realizar a prestação dos serviços, devendo conter no mínimo os seguintes equipamentos e materiais:

- a) Audiômetro;
- b) Cabine audiometria;
- c) Otoscópio;
- d) Testes para avaliação da fala, da linguagem e para aprendizagem;
- e) Jogos pedagógicos, instrumentos e materiais para atividades terapêuticas
- f) E demais equipamentos e materiais necessários para executar os tratamentos fonoaudiológicos.

1.4.6. A licitante vencedora ficará obrigada a realizar os atendimentos em domicílio, com relação aos pacientes que estão impossibilitados de locomoção, sendo de responsabilidade da CONTRATADA todo e qualquer custo necessário para o deslocamento até os domicílios dos pacientes, quando o atendimento for dentro do perímetro urbano.

**2. DA IMPUGNAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO:**

2.1. Não será conhecida impugnação cuja parte tenha apresentada fora do prazo legal e/ou subscrita por procurador sem poderes de representação ou que deixe de juntar instrumento que lhe outorga poderes.

2.2. Para fins de recebimento e análise das impugnações, somente serão aceitas àquelas devidamente protocolados junto ao Protocolo Geral desta Municipalidade, **não sendo considerados àqueles encaminhados por correio eletrônico, correio postal ou aviso de recebimento, ou, entregues sem o devido protocolo.**

### 3. DA ENTREGA DOS ENVELOPES:

Os envelopes de documentos e propostas serão recebidos pela comissão de licitação no dia, hora e local mencionados no preâmbulo desta, em dois envelopes distintos, fechados, contendo na sua parte externa fronteira, a seguinte inscrição:

AO MUNICÍPIO DE SÃO JORGE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023/2021  
CONCORRÊNCIA Nº 001/2021  
ENVELOPE Nº 01 – DOCUMENTAÇÃO  
PROPONENTE (NOME COMPLETO DA EMPRESA)

AO MUNICÍPIO DE SÃO JORGE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023/2021  
CONCORRÊNCIA Nº 001/2021  
ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA  
PROPONENTE (NOME COMPLETO DA EMPRESA)

### 4. DA HABILITAÇÃO – ENVELOPE N.º 01:

O envelope nº 1 – DOCUMENTAÇÃO – deverá conter todos os documentos constantes nos subitens abaixo:

#### 4.1. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual; ou,
- b) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; ou,
- c) Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício; ou,
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir; ou,
- e) Estatuto, no caso de Fundações.

#### 4.2. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, com a indicação do número do livro diário, número de registro na Junta Comercial e numeração das folhas onde se encontram os lançamentos que comprovem a boa situação financeira da empresa.
- b) Certidão negativa de pedido de falência e de recuperação judicial, emitida com data posterior de **01/07/2021**.

#### 4.3. DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- a) Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da união) e deve abranger inclusive as contribuições sociais previstas na lei 8.212, de 24.7.1991;
- e) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa de débitos trabalhistas – CNDT.

#### 4.4. DO CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL:

- a) Declaração subscrita pelo licitante, de que não emprega menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como para com menores de dezesseis anos para qualquer trabalho, ressalvada a condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos; conforme modelo constante no anexo II.

#### 4.5. DAS EMPRESAS QUE DESEJAM USUFRUIR DOS BENEFÍCIOS CONSTANTES NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123 DE 2006:

- a) Caso a empresa tenha direito de usufruir dos benefícios constantes na Lei Complementar nº 123 de 2006 deverá firmar declaração assinada pelo seu (sua) contador (a), comprovando sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos art. 42 ao art. 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, sendo de responsabilidade da empresa solicitar seu desenquadramento quando houver ultrapassado os limites de faturamento no ano do calendário anterior, sob pena de ser declarado inidôneo, sem prejuízo de outras penalidades previstas no edital de licitação em que a empresa tenha interesse de participar, caso usufrua (ou tente usufruir) indevidamente os benefícios, conforme modelo constante no Anexo III.

#### 4.6. DO CUMPRIMENTO AO ARTIGO 9º DA LEI FEDERAL Nº 8666/1993:

- a) Declaração de que a empresa não se enquadra em nenhuma das causas impeditivas de participar deste processo licitatório previstas no art. 9º da Lei Federal n.º 8.666/1993, conforme modelo constante no anexo VI.

#### 4.7. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- a) Comprovação de formação universitária oficial em Fonoaudiologia dos profissionais que irão realizar a prestação dos serviços através de diploma devidamente registrado (fotocópia autenticada) – 01 (um) profissional;

- b) Comprovação de regularidade dos profissionais que irão realizar a prestação dos serviços junto ao Conselho Regional de Fonoaudiologia (fotocópia autenticada) – 01 (um) profissional;
- c) Comprovação da licitante de possuir corpo clínico com profissionais com vínculo mediante contrato social, ou registro na carteira profissional, ou ficha de empregado ou contrato de trabalho ou contrato de prestação de serviços;
- d) Comprovação do registro da empresa no Conselho Regional de Fonoaudiologia ou protocolo de solicitação ou revalidação do Registro da empresa no Conselho Regional.
- e) Declaração de que a licitante se compromete em manter consultório no perímetro urbano do Município de São Jorge com os equipamentos e materiais exigidos no item “1.4.5” por ocasião do início dos serviços, conforme modelo constante no anexo IX.

#### 4.8. OUTROS DOCUMENTOS:

- a) Se o proponente for representado por procurador, deverá acompanhar procuração com poderes para decidir a respeito dos atos constantes da presente licitação, incluído dentre os poderes os seguintes: receber notificação, intimação e assinar contrato, obrigando o licitante a todos os termos do presente edital e proposta, inclusive acordar, discordar, receber citação, transigir, renunciar.
- b) Facultativamente, Declaração de Desistência de Prazo Recursal, se considerada habilitada, em caso de não se encontrar presente por ocasião da abertura dos envelopes, conforme modelo constante no anexo V;

#### 4.9. DA HABILITAÇÃO PESSOA FÍSICA PARA OS SERVIÇOS DE FONOAUDIOLOGIA.

5.9.1. Para os serviços descritos no item 1, deste edital, será possível a participação tanto de pessoas jurídicas, quanto de profissionais liberais, sendo que, no caso de profissionais liberais, deverão apresentar os seguintes documentos para habilitação:

- a) Documento de identidade (original ou fotocópia autenticada);
- b) Comprovante de inscrição no CPF;
- c) Comprovante de residência;
- d) Certidão negativa de débitos com o município de domicílio do interessado;
- e) Certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da união;
- f) Certidão negativa de débitos trabalhistas – CNDT;
- g) Comprovante de inscrição no NIT ou PIS;
- h) Comprovação de regularidade do profissional junto ao Conselho Regional de Fonoaudiologia (original ou fotocópia autenticada);

i) Comprovação de formação universitária oficial em Fonoaudiologia através da apresentação de diploma devidamente registrado.

j) Declaração de que a licitante se compromete em manter consultório no perímetro urbano do Município de São Jorge com os equipamentos e materiais exigidos no item "1.4.5" por ocasião do início dos serviços, conforme modelo constante no anexo IX.

4.10. Os documentos acima poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada por tabelião ou por servidor do Município de São Jorge. As certidões extraídas via internet, ficam dispensadas da autenticação por tabelião ou funcionário, mas poderão ser objeto de conferência pelo respectivo site.

## 5. DA PROPOSTA – ENVELOPE N° 02:

5.1. O envelope n° 2 – PROPOSTA – deverá conter:

a) A proposta financeira conforme modelo constante no anexo VI, com as seguintes informações e exigências:

I – Dados da proponente: Razão social, CNPJ, endereço completo, conta bancária, e-mail e telefone;

II – Dados do representante legal: nome completo, CPF, RG, endereço completo, e-mail e telefone;

III – Valor unitário e total para a execução dos serviços, expresso em moeda corrente nacional, onde deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos, impostos, taxas, obrigações trabalhistas e previdenciárias, as relacionadas com a medicina e segurança do trabalho, uniformes, transporte, etc.;

IV – Assinatura do representante legal.

5.2. Serão desclassificadas as licitantes que apresentarem preço superior ao valor unitário máximo fixado no item "1 – DO OBJETO" deste edital.

5.3. Serão considerados, para fins de julgamento, os valores constantes no preço até, no máximo, duas casas decimais após a vírgula.

5.4. O prazo de validade da proposta será de 60 dias a contar da data da entrega das propostas.

5.5. Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, ensejará a desclassificação da proposta.

## 6. DO JULGAMENTO:

6.1. Esta licitação é do tipo menor preço global e o julgamento será realizado pela comissão julgadora, levando em consideração o menor preço por item.

6.2. De acordo com o § 1º do art. 199 da Constituição Federal e art. 25 da lei nº 8.080/1990, terão preferência na contratação às entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos, no caso de igualdade de condições com os demais licitantes.

6.3. No caso de haver igualdade de condições ou empate ficto entre uma empresa enquadrada nos benefícios da LC n.º 123/2006 e uma entidade filantrópica ou sem fins lucrativos, previstas no § 1º do art. 199 da Constituição Federal, será concedido o benefício previsto no § 1º do art. 44 da Lei Complementar 123/2006 para que a microempresa ou empresa de pequeno porte, apresente nova proposta, no prazo legal.

6.4. Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte, não exerça o direito de apresentar nova proposta no prazo legal, quando houver igualdade de condições, será efetuado sorteio entre a entidade filantrópica ou sem fins lucrativos e a empresa beneficiária das regras constantes na LC 123/2006.

6.5. Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte, não exerça o direito de apresentar nova proposta no prazo legal, quando houver empate ficto, será considerada vencedora a empresa que apresentar a proposta mais vantajosa ao Município.

6.6. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, após obedecido o disposto no parágrafo segundo, do art. 3º da Lei Federal nº 8.666/93, e a Lei Complementar nº 123/2006, será utilizado o sorteio, em ato público, com a convocação prévia de todos os licitantes.

6.7. Serão desclassificadas as propostas que se apresentarem em desconformidade com este edital, bem como com preços unitários e/ou globais superestimados ou inexequíveis.

6.8. Para fins de julgamento das propostas, a comissão permanente de licitações deverá acrescer a quantia de 20% (vinte por cento) referente às obrigações previdenciárias nas propostas elaboradas pelos participantes habilitados como pessoas físicas, com a finalidade de se buscar a proposta mais vantajosa para a Administração.

## 7. DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE:

7.1. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição, atendendo o que determina o art. 43 da Lei Complementar 123/2006.

7.2. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado às mesmas o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

7.3. A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei de Licitações 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

7.4. Se a proposta melhor classificada não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte, e houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 10% (dez por cento) superior à melhor proposta, proceder-se-á no reconhecimento de empate, conforme § 1º do art. 44 da Lei Complementar 123.

7.5. A microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada, na forma constante neste item 7.4, poderá apresentar nova proposta, inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto da licitação, se assim o fizer.

7.6. Não ocorrendo à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem anterior, serão convocadas as microempresas ou empresas de pequeno porte remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese prevista no item 7.4, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

7.7. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nesta condição, será realizado sorteio entre elas para que se defina aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.8. A microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 (cinco) dias, após solicitação da comissão permanente de licitações, sob pena de preclusão.

7.9. A comissão permanente de licitações poderá solicitar, a qualquer momento, documentos que comprovem o enquadramento da licitante na categoria de microempresa ou empresa de pequeno porte.

7.10. Na hipótese da não contratação nos termos previstos nas condições anteriores conferidas pela Lei Complementar nº 123/2006, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

7.11. O disposto nos itens “7.4” e “7.5” deste edital, somente se aplicará quando a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver microempresa ou empresa de pequeno porte que se encontra no intervalo estabelecido no item 7.4.

7.12. O direito contido no item “7.4.” deverá observar o contido no item “6.3.” deste edital.

## 8. DO PROCEDIMENTO:

8.1. Após declarado encerrado o prazo para recebimento dos invólucros, nenhum outro documento será recebido, nem serão permitidos quaisquer adendos, acréscimos ou modificações a documentação e propostas já entregues, salvo quando requisitados pela comissão, justificadamente, com finalidade meramente elucidativa, ou cuja autorização seja prevista em lei.

8.2. Abertos os invólucros contendo os documentos de habilitação e de propostas, estes serão rubricados pela comissão e pelos proponentes presentes.

8.3. Serão considerados inabilitados automaticamente os proponentes que não apresentarem a documentação solicitada ou apresentarem-na com vícios ou defeitos que impossibilitem o seu entendimento, ou não tenham atendido satisfatoriamente as condições deste edital. Não constituirá causa de inabilitação ou desclassificação a irregularidade formal que não afete o conteúdo ou idoneidade do documento.

8.4. Aberto o envelope nº 01 na data prevista para recebimento das propostas, e constatada a regularidade dos proponentes, a comissão processará a abertura dos envelopes nº 02, sempre em sessão pública, previamente designada, que poderá realizar-



se logo após a esta, se todas as proponentes habilitadas ou não, renunciarem a faculdade de interposição de recurso, de modo expresso, mediante a consignação dessa circunstância em ata ou declaração, por todos assinada.

8.5. Os invólucros contendo as propostas dos participantes declarados inabilitados serão devolvidos, ainda fechados, diretamente ou pelo correio, após definitivamente encerrada a fase de habilitação.

8.6. Abertos os envelopes de nº 02, contendo as propostas, estas serão examinadas e rubricadas pelos proponentes presentes e pela comissão. Serão desclassificadas as propostas que apresentarem irregularidades, vícios ou defeitos que impossibilitem o seu entendimento, não atendam às exigências do edital ou contenham preços excessivos ou manifestamente inexequíveis.

8.7. Do procedimento licitatório e suas fases lavrar-se-á a ata circunstanciada que será assinada pela comissão e proponentes presentes, quando for o caso.

A comissão de licitação reserva-se o direito de realizar, a qualquer momento, através de comissão técnica de fiscalização, diligências no sentido de verificar a consistência dos dados ofertados pelos proponentes, neles compreendida a veracidade de informações e circunstâncias pertinentes à licitação, inclusive durante o período contratual.

## 9. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:

9.1. Em todas as fases da presente licitação, serão observadas as normas previstas nos incisos, alíneas e parágrafos do artigo 109 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações.

9.2. Todas as notificações da presente licitação, principalmente, as notificações sobre o julgamento da licitação, dos recursos e intimações para interposição de razões e contrarrazões recursais se darão mediante notificação através do correio eletrônico (e-mail) informados em suas propostas de preços.

9.3. Os prazos recursais começarão a correr no primeiro dia útil seguinte ao da intimação enviada pelo correio eletrônico.

9.4. Durante o curso do prazo, os interessados poderão comparecer às instalações da prefeitura municipal para manusear e examinar os documentos relevantes constantes no processo licitatório.

## 10. DO CONTRATO ADMINISTRATIVO:

10.1. Encerrada a fase de julgamento, e homologada pela prefeita municipal, a administração convocará os vencedores para assinar o contrato, conforme modelo constante no anexo I, no prazo de 02 dias úteis contados da data do recebimento da intimação podendo ser realizada por correio eletrônico, ou pelo correio ou outro meio idôneo, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das demais sanções legais previstas no art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações.

10.2. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado uma vez, pelo mesmo período, desde que seja feito de forma motivada e durante o transcurso do prazo constante no item 10.1.

10.3. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, a contar da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado a critério da Administração e com a anuência da contratada, nos termos do art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

10.4. Ocorrendo às hipóteses previstas no artigo 65, inciso II,

alínea “d”, da Lei 8.666/93, será concedido reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, devendo ser requerido pela contratada acompanhado de documentos que comprovem o desequilíbrio contratual.

10.5. Caso o presente contrato seja prorrogado, de forma que sua vigência ultrapasse a 12 meses, o valor proposto será reajustado pelo IPC/IBGE acumulado nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores à data da prorrogação.

10.6. Do contrato a ser assinado com o vencedor da presente licitação, constarão as cláusulas necessárias previstas no art.

55 e as possibilidades de rescisão do contrato, na forma determinada no art. 77 a 79 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

10.7. O Município poderá nas mesmas condições contratuais, realizar acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do art. 65, parágrafo 1º, da Lei Federal n. 8.666/93.

## 11. DO PAGAMENTO:

11.1. O pagamento será efetuado mensalmente, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente aos serviços prestados, mediante apresentação de nota fiscal de prestação de serviços dentro de seu mês de competência.

11.2. Os pagamentos serão realizados através de depósito bancário na conta do proponente vencedor.

11.3. Nenhum pagamento isentará o licitante vencedor das responsabilidades assumidas, quaisquer que sejam, nem implicará na aceitação definitiva do objeto do presente instrumento.

11.4. O Município efetuará as retenções tributárias e previdenciárias nos termos da lei que regula a matéria, quando for o caso.

11.5. O licitante vencedor dos serviços de fonoaudiologia deverá realizar relatório mensal, conforme modelo constante no anexo VIII, sendo que tais relatórios deverão acompanhar as notas fiscais para empresas ou RPA's para pessoa física.

11.6. Os relatórios constantes no item 11.5 servirão de base de cálculo para o pagamento mensal, considerando o valor por hora trabalhada, avaliação, sessão realizada pelo contratado.

11.7. Os relatórios constantes no item 11.5 servirão de parâmetro para a aplicação da penalidade constante na alínea “d)” do item “13.1.” deste edital.

## 12. DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE FONOAUDIOLOGIA:

12.1. Prestar atendimento apenas aos usuários dos serviços públicos de saúde que apresentarem o encaminhamento fornecido pela Secretaria Municipal de Saúde;

12.2. Manter consultório equipado no perímetro urbano do Município de São Jorge para realizar a prestação dos serviços constantes neste credenciamento;

12.3. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a prestação dos serviços de que trata o presente edital;

12.4. Informar a Secretaria Municipal de Saúde qualquer situação alheia aos serviços;

12.5. Assumir inteira responsabilidade pela prestação dos serviços, que deverão ser realizados com a observância de todas as normas técnicas e normativos legais aplicáveis;

12.6. Fornecer e utilizar a competente e indispensável mão de obra especializada, atendidas todas as exigências legais pertinentes, tais como: trabalhistas, sociais, tributárias, previdenciárias, fundiárias, normas técnicas e demais, por mais especiais que sejam e mesmo que aqui não mencionada;

### 13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

13.1. Em caso de inadimplemento a contratada estará sujeita as penalidades agora discriminadas:

a) A CONTRATADA ficará sujeita a multa de 20% (vinte por cento), sobre o valor total estimado previsto no item "1." deste edital no caso de apresentação de documento ou declaração falsa para fins de habilitação no presente processo licitatório constantes no item "4." deste edital. No presente caso, a contratação será rescindida e será aplicada a penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por prazo de 03 (três) anos.

b) Advertência – Sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta, para as quais tenha concorrido a contratada desde que ao caso não se apliquem as demais penalidades.

c) A recusa pelo fornecedor em atender ao objeto adjudicado e se recusar a assinar o contrato administrativo acarretará a multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da proposta, e suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo de 02 (dois) anos.

d) O não cumprimento da escala de trabalho fixada pelo município, seja pelo atraso do início dos serviços ou pela descontinuidade na execução, acarretará à CONTRATADA as seguintes penalidades:

I – Multa de 20% (vinte por cento) calculado sobre o valor unitário contratado por hora de atraso ou de descontinuidade na execução, até o limite de 48 (quarenta e oito) horas.

II – Após as 48 (quarenta e oito) horas de atraso ou de descontinuidade na execução dos serviços, a contratação terá sua execução suspensa para a abertura de processo administrativo com o fim de se obter a rescisão contratual, e será aplicada a penalidade constante na alínea "e)" do item "13.1."

e) A inexecução do contrato administrativo acarretará multa de 20% (vinte por cento), sobre o valor total do contrato administrativo, e suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo de 02 (dois) anos.

13.2. Caso seja constatada alguma irregularidade passível de aplicação de penalidade, o Município poderá suspender a realização do pagamento para a apuração dos fatos mediante a abertura de processo administrativo.

13.3. A multa aplicada será descontada do valor que a CONTRATADA faça jus.

#### 14. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

14.1. As despesas decorrentes desta contratação correrão por conta das dotações orçamentárias do ano corrente, anexadas ao processo.

#### 15. DA FISCALIZAÇÃO:

15.1. A fiscalização será efetuada por servidor público nomeado pela Secretaria Municipal de Saúde.

15.2. A fiscalização exercerá controle rigoroso quanto à qualidade e quantidade dos serviços prestados.

#### 16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

16.1. Não serão consideradas as propostas que deixarem de atender a qualquer das disposições do presente edital.

16.2. Em nenhuma hipótese será concedido prazo para a apresentação da documentação e propostas exigidas no edital e não apresentadas na reunião de recebimento.

16.3. Não serão admitidas, por qualquer motivo, modificações ou substituições das propostas ou de outros documentos.

16.4. Só terá direito a usar a palavra, rubricar as propostas, apresentar reclamações ou recursos, assinar atas e os documentos, os licitantes ou seus representantes credenciados (com apresentação de procuração, na forma prevista anteriormente) e os membros da Comissão de Licitação.

16.5. Uma vez iniciada a abertura dos envelopes relativos à documentação, não será admitido à licitação os participantes retardatários.

16.6. Os casos omissos, bem como as dúvidas suscitadas, serão resolvidas pela Comissão de Licitação, que se valerá dos dispositivos legais inerentes à licitação.

16.7. A contratada fica responsável, em qualquer caso, por danos e prejuízos que, eventualmente, venha a causar ao contratante, bens, propriedades, ou a terceiros, em decorrência da execução do serviço, correndo às suas expensas, sem responsabilidade ou ônus para o contratante, o ressarcimento ou indenização que tais danos ou prejuízos possam motivar.

16.8. A contratada assumirá inteira responsabilidade por todos os prejuízos que venha dolosa ou culposamente prejudicar o Município, quando da execução dos serviços.

16.9. Constituem-se anexos deste edital:

ANEXO I – Minuta de contrato administrativo;

ANEXO II – Modelo de declaração de regularidade com o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

ANEXO III – Modelo de declaração de enquadramento ME, EPP ou MEI;

ANEXO IV – Modelo de declaração de inexistência dos impedimentos previstos no art. 9º da Lei Federal n.º 8.666/93.

ANEXO V – Modelo de declaração de desistência de prazo recursal;

ANEXO VI – Modelo de proposta de preços;

ANEXO VII – Modelo de relatório mensal para serviços de fonoaudiologia.

Informações e esclarecimentos serão prestados aos interessados no horário das 8h00min até às 11h30min e das 13h30min até às 17h00min no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de São Jorge, sita a Avenida dos Imigrantes, nº 37, na cidade de São Jorge, ou pelo telefone (54) 3271 - 1112, ou por e-mail: [admin@saojorge.rs.gov.br](mailto:admin@saojorge.rs.gov.br).

São Jorge/RS, 02 de Agosto de 2021.

DANILO SALVALAGGIO  
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 025/2021 CONCORRÊNCIA N.º 001/2021  
ANEXO I – MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º xx/2021

O MUNICÍPIO DE SÃO JORGE/RS, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ sob nº 91.566.851/0001-91, com sede na Avenida dos Imigrantes, nº 37, Bairro Centro, cidade de São Jorge/RS, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Senhor Danilo Salvalaggio, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e de outro lado a Empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ sob nº XXXXXXXXXXXXXXXX, com sede na XXXXXXXX, neste ato representado pelo Sr. XXXXXXXXXXXXX, portador do CPF sob nº XXXXXXXX, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Contrato de Serviços de Fonoaudiologia, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O CONTRATANTE contrata os serviços da CONTRATADA para a prestação de serviços de fonoaudiologia:

XX

Parágrafo primeiro - Os quantitativos constantes na tabela acima devem ser interpretados apenas como uma estimativa anual, e foram calculados levando em consideração o período de vigência de 12 (doze) meses.

Parágrafo segundo - O Município poderá nas mesmas condições contratuais, realizar acréscimos ou supressões na quantidade estimada, considerando o limite de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do art. 65, § 1º, da Lei Federal n. 8.666/93.

Parágrafo terceiro – A CONTRATADA não poderá cobrar dos pacientes, ou de seus responsáveis, qualquer complementação aos valores pagos pelos serviços prestados, sob pena de rescisão contratual e aplicação das penalidades legais e contratuais cabíveis.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE FONOAUDIOLOGIA

ITEM 01 - Os serviços de fonoaudiologia tem como objetivo atuar na promoção da saúde, prevenção, avaliação e diagnóstico, orientação, terapia (habilitação e reabilitação) e aperfeiçoamento dos aspectos fonoaudiológicos da função auditiva periférica e central da função vestibular, da linguagem oral e escrita, da voz, da fluência, da articulação da fala e dos sistemas mio funcional, orofacial, cervical e de deglutição, neste sentido, cabe destacar que os serviços serão destinados principalmente às crianças referenciadas da rede pública de ensino, aos adultos que apresentam sequelas em virtude da ocorrência do AVC, e aos que realizam tratamento de outras inúmeras doenças.

Parágrafo primeiro - Os serviços de fonoaudiologia serão realizados através de avaliações e sessões, conforme demanda e encaminhamento da Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo segundo - Com a finalidade de atingir os resultados constantes no “caput” as sessões de fonoaudiologia deverão ter em média 40 minutos de duração.

Parágrafo quarto - A licitante vencedora dos serviços de fonoaudiologia deverá manter consultório equipado no perímetro urbano do Município de São Jorge para realizar a

prestação dos serviços, devendo conter no mínimo os seguintes equipamentos e materiais:

- a) Audiômetro;
- b) Cabine audiométrica;
- c) Otoscópio;
- d) Testes para avaliação da fala, da linguagem e para aprendizagem;
- e) Jogos pedagógicos, instrumentos e materiais para atividades terapêuticas
- f) E demais equipamentos e materiais necessários para executar os tratamentos fonoaudiológicos.

Parágrafo quinto - A licitante vencedora ficará obrigada a realizar os atendimentos em domicílio, com relação aos pacientes que estão impossibilitados de locomoção, sendo de responsabilidade da CONTRATADA todo e qualquer custo necessário para o deslocamento até os domicílios dos pacientes, quando o atendimento for dentro do perímetro urbano.

Parágrafo sexto - No caso de haver atendimento fora do perímetro urbano do município, será de responsabilidade da CONTRATADA o deslocamento até o domicílio do paciente, no entanto, o município realizará o pagamento de R\$ 0,50 (cinquenta centavos) por km rodado, mediante a apresentação da planilha constante no anexo VIII do edital de concorrência n.º 001/2021.

CLÁUSULA QUINTA – Pela prestação dos serviços referido na cláusula primeira do presente contrato, a CONTRATADA perceberá o valor unitário de:

- a) Serviços de fonoaudiologia: R\$ 120,00 (cento e vinte reais) por avaliação realizada;
- b) Serviços de fonoaudiologia: R\$ 76,00 (setenta e seis reais) por sessão realizada;
- c) Valor por km rodado para os serviços de fonoaudiologia fora do perímetro urbano do município: R\$ 0,50 (cinquenta centavos) por km rodado.

Parágrafo primeiro – Ocorrendo às hipóteses previstas no artigo 65, inciso II, alínea “d”, da Lei 8.666/93, será concedido reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, devendo ser requerido pela contratada acompanhado de documentos que comprovem o desequilíbrio contratual.

Parágrafo segundo – Caso o presente contrato seja prorrogado, de forma que sua vigência ultrapasse a 12 (doze) meses, o valor proposto será reajustado pelo IPC/IBGE acumulado nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores à data da prorrogação.

CLÁUSULA SEXTA – O pagamento será efetuado de forma mensal, pelos valores constantes no relatório mensal e nota fiscal de prestação de serviços ou R.P.A., apresentadas até o último dia do mês de competência, e o pagamento deverá ser efetuado até o 5º dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, respeitando sempre os valores contratados, mediante a apresentação dos relatórios constantes nos anexos VII e VIII do edital.

CLÁUSULA SÉTIMA – O prazo de vigência do presente contrato será de 12 (doze) meses, contados da data de início.

CLÁUSULA OITAVA - Os contratos poderão ser prorrogados nos termos da legislação vigente e caso haja interesse das partes ora contratantes.

CLÁUSULA NONA – A subcontratação total ou parcial dos serviços dependerá de anuência prévia do Município.

Parágrafo primeiro – Em caso de subcontratação com anuência do Município, a contratada permanecerá solidariamente responsável com a subcontratada, tanto em relação ao Município, quanto em relação à terceiros, pelo cumprimento de todas as cláusulas e condições do contrato.

Parágrafo segundo – Caso o município autorize a subcontratação, a licitante vencedora deverá subcontratar empresa enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do art. 48, inciso II, da LC 123/2006 e respeitar as normas estabelecidas pelo CREFONO.

CLÁUSULA DÉCIMA – A empresa contratada terá o dever de manter informada a Administração Municipal sobre o quadro de funcionários que estão prestando os serviços, bem como, informar também qualquer alteração, seja por demissão ou contratação de profissionais que realizam a prestação dos serviços, no prazo de até 05 dias úteis, contados da data da alteração.

Parágrafo único – No caso de contratação de novos profissionais, a empresa contratada deverá apresentar os documentos constantes abaixo, no mesmo prazo estabelecido no caput:

- a) Comprovação de formação universitária oficial do profissional através de diploma devidamente registrado (fotocópia autenticada);
- b) Comprovação de regularidade do profissional junto ao Conselho Regional de Fonoaudiologia (fotocópia autenticada);
- c) Comprovação de vínculo entre a CONTRATADA e o profissional mediante contrato social, ou registro na carteira profissional, ou ficha de empregado ou contrato de trabalho ou contrato de prestação de serviços.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA – A Contratada que não satisfizer os compromissos assumidos, serão aplicadas as seguintes penalidades:

- a) A CONTRATADA ficará sujeita a multa de 20% (vinte por cento), sobre o valor total estimado previsto no item “1.” do edital de concorrência n.º 01/2018, no caso de apresentação de documento ou declaração falsa para fins de habilitação no presente processo licitatório constantes no item “4.” deste edital. No presente caso, a contratação será rescindida e será aplicada a penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por prazo de 03 (três) anos.
- b) Advertência – Sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta, para as quais tenha concorrido a contratada desde que ao caso não se apliquem as demais penalidades.



c) O não cumprimento da escala de trabalho fixada pelo município, seja pelo atraso do início dos serviços ou pela descontinuidade na execução, acarretará à CONTRATADA as seguintes penalidades:

I – Multa de 20% (vinte por cento) calculado sobre o valor unitário contratado por hora de atraso ou de descontinuidade na execução, até o limite de 48 (quarenta e oito) horas.

II – Após as 48 (quarenta e oito) horas de atraso ou de descontinuidade na execução dos serviços, a contratação terá sua execução suspensa para a abertura de processo administrativo com o fim de se obter a rescisão contratual, e será aplicada a penalidade constante na alínea “d)” desta cláusula.

d) A inexecução do contrato administrativo acarretará multa de 20% (vinte por cento), sobre o valor total do contrato administrativo, e suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo de 02 (dois) anos.

Parágrafo primeiro - Caso seja constatada alguma irregularidade

passível de aplicação de penalidade, o Município poderá suspender a realização do pagamento para a apuração dos fatos mediante a abertura de processo administrativo.

Parágrafo segundo - A multa aplicada será descontada do valor que a CONTRATADA faça jus.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – As despesas decorrentes do presente contrato administrativo serão cobertas por conta das seguintes dotações orçamentárias do ano corrente, anexas ao processo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – A CONTRATADA assume a obrigação de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – A CONTRATADA reconhece os direitos da Administração constantes no art. 77 e seguintes da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Constitui motivo para rescisão do contrato, a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78 da Lei 8.666/93 e alterações.

Parágrafo único – A rescisão se dará na forma especificada no art. 79, aplicadas as consequências fixadas no art. 80 da Lei, ambos artigos da Lei 8.666/93 e alterações, sempre assegurada a ampla defesa, porém com faculdade a administração de agir preventiva e imediatamente, inclusive com suspensão dos serviços, quando o interesse público recomendar.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – A CONTRATADA signatária fica expressamente vinculada aos termos da proposta da licitante vencedora.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – A CONTRATANTE poderá descontar das parcelas vincendas o valor equivalente à multa que tenha incidido a CONTRATADA por

descumprimento ao que fora pactuado, bem como qualquer tributo incidente.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – A contratada fica responsável, em qualquer caso, por danos e prejuízos que, eventualmente, venha a causar ao contratante, bens, propriedades, ou a terceiros, em decorrência da execução do serviço, correndo às suas expensas, sem responsabilidade ou ônus para o contratante, o ressarcimento ou indenização que tais danos ou prejuízos possam motivar.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – A contratada assumirá inteira responsabilidade por todos os prejuízos que venha dolosa ou culposamente prejudicar o Município, quando da execução dos serviços.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – Constituem obrigações das partes todas as regras constantes no edital de concorrência n. 01/2018 e na Lei n.º 8.666/1993.

CLAUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – As partes elegem o Foro da Comarca de Nova Prata – RS para dirimir qualquer conflito oriundo do presente contrato, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato, juntamente com duas testemunhas que também o assinam.

Assim, após lido na presença do Contratante e Contratada, assinaram o presente instrumento contratual na presença de duas testemunhas, em três vias, para que melhor forma em direito admitida, produza seus jurídicos e legais efeitos para si e seus sucessores.

Município de São Jorge/RS, em xx de xxxxxxxxxxxx 2021.

---

**MUNICÍPIO DE SÃO JORGE/RS**  
**DANILO SALVALAGGIO**  
*Contratante*

---

**XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**  
*Contratada*

*Testemunhas:*

---

**PROCESSO LICITATÓRIO N.º 025/2021 CONCORRÊNCIA N.º 001/2021  
ANEXO II – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO ART. 7º DA  
CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

Ao  
Município de São Jorge  
Comissão Permanente de Licitações

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob n.º \_\_, com sede na \_\_\_\_\_, n.\_\_\_\_, no município de \_\_\_\_\_, representada neste ato por seu (sua) re- presentante legal, Sr. (Sra.) \_\_\_\_\_, inscrito(a) no CPF sob o n.º \_\_e RG sob o n.º \_\_\_\_\_, residente na \_\_\_\_\_, n.\_\_\_\_, no município de\_\_\_\_\_, declara, sob as penas da lei e das penalidades previstas no item 16 deste edital, de que cumpre com o disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal, de que não possui em seu quadro funcional, pessoas menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, de menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos.

E, por ser a expressão da verdade, firmamos o presente.

São Jorge - RS, xx de xxxxxxxx de 2021..

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal e carimbo.

**PROCESSO LICITATÓRIO N.º 025/2021 CONCORRÊNCIA N.º 001/2021  
ANEXO III – DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO ME, EPP OU MEI.**

Ao  
Município de São Jorge/RS Comissão Permanente de Licitação

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_,  
com sede na \_\_\_\_\_, n.º \_\_\_\_\_, no município de \_\_\_\_\_,  
, representada neste ato por seu (sua) contador (a), Sr. (Sra) \_\_\_\_\_, inscrito(a) no CRC  
sob o n.º \_\_\_\_\_, declara, sob as penas da lei e das penalidades previstas no item 16 deste  
edital, de que cumpre os requisitos legais para a qualificação como  
\_\_\_\_\_*(microempresa ou empresa de pequeno porte ou  
microempreendedor individual)*, estando apto(a) a usufruir do tratamento favorecido  
estabelecido no art. 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006; sendo de responsabilidade  
da *em- presa* solicitar seu desenquadramento quando houver ultrapassado os limites de  
faturamento no ano do calendário anterior, sob pena de ser declarado inidôneo, sem  
prejuízo de outras penali- dades, caso usufrua (ou tente usufruir) indevidamente os bene-  
fícios.

São Jorge - RS, xx de xxxxxxxx de 2021.

---

Nome e Assinatura do contador (a)  
CRC n.º xxxx

**PROCESSO LICITATÓRIO N.º 025/2021 CONCORRÊNCIA N.º 001/2021  
ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO PARA COMPROVAÇÃO DE QUE A  
EMPRESA PARTICIPANTE NÃO POSSUÍ EM SEU QUADRO SOCIETÁRIO  
SERVIDOR PÚBLICO**

A empresa xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrita no CNPJ sob nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, com sede na xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, n. xxx, no município de xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, representada neste ato por seu (sua) representante legal, Sr. (Sra) xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, ins- crito(a) no CPF sob o n.º xxxxxxxxxxxxxxxx e RG sob o n.º xxxxxxxxxxxxxxxx, residente na xxxxxxxxxxxxxxxx, n. xxx, no município de xxxxxxxxxxxxxxxx, declara, sob as penas da lei e das penali- dades previstas no item 16 deste edital, que não se enquadra em nenhuma das causas impeditivas de participar deste processo li- citatório previstas no art. 9º da Lei Federal n.º 8.666/1993.

São Jorge - RS, xx de xxxxxxxx de 2021.

---

Nome e Assinatura do representante legal.

**PROCESSO LICITATÓRIO N.º 025/2021 CONCORRÊNCIA N.º 001/2021  
ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA DE PRAZO RECURSAL.**

Ao  
Município de São Jorge/RS  
Comissão Permanente de Licitações

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob nº \_\_, com sede na \_\_\_\_\_, n.\_\_\_\_\_, no município de \_\_\_\_\_, representada neste ato por seu (sua) representante legal, Sr. (Sra.) \_\_\_\_\_, inscrito(a) no CPF sob o n.º \_\_\_\_\_ e RG sob o n.º \_\_\_\_\_, residente na \_\_\_\_\_, n.\_\_\_\_\_, no município de \_\_\_\_\_, estando ausente nesta data ao ato de abertura dos envelopes e ciente do prazo recursal relativo à fase de habilitação (art. 109, inciso I, alínea “A” da lei federal 8.666/93), se considerada devidamente habilitada, vem por meio de seu representante legal, recusá-lo para fins de procedimento licitatório.

São Jorge - RS, xx de xxxxxxxx de 2021.

---

Assinatura do representante legal e Carimbo



Estado do Rio Grande do Sul  
**Município de São Jorge**

**PROCESSO LICITATÓRIO N.º 025/2021 CONCORRÊNCIA N.º 001/2021  
ANEXO VI – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

**Razão Social:**

**CNPJ:**

**Endereço:**

**Cidade:**

**CEP:**

**Banco:**

**Agência:**

**Telefone:**

**Inscrição Estadual:**

**n.º:**

**Estado:**

**Conta:**

**E-mail:**

**Representante legal:**

**CPF:**

**Endereço:**

**Cidade:**

**CEP:**

**Telefone:**

**RG:**

**n.º:**

**Estado:**

**E-mail:**

Vimos por meio deste, apresentar proposta para a **contratação de serviços médicos, de fisioterapia e de fonoaudiologia**, na forma do edital de concorrência nº 01/2021 acatando todas as estipulações consignadas no respectivo edital e seus anexos:

Item	Quando Estimada para 12 meses até	Um	Descrição dos Serviços	Valor Unitário Máximo	Valor Total Anual Estimado
01	360	Sessões	Prestação de serviços de sessões com profissional de fonoaudiologia, devendo executar as atividades constantes no item "1.4.1." e cumprir as demais obrigações constantes neste edital.	R\$ 76,00	R\$27.360,00
02	20	Laudos	Emitir quando necessário, Laudos Técnicos de avaliações dos pacientes.	120,00	2.400,00
<b>TOTAL R\$</b>				196,00	29.760,000



Estado do Rio Grande do Sul  
**Município de São Jorge**

- I - O preço, acima mencionando, objeto desta licitação, expresso em moeda corrente nacional, estão incluídos todos os encargos fiscais, comerciais e trabalhistas, e outros pertinentes ao objeto licitado.
- II - O prazo de validade da proposta é de. (não inferior a 60 dias) a contar da data apazada para sua entrega.
- III - Declaro-me, ainda, de acordo com todos os termos do edital em epígrafe, e respectivos anexos, obrigando-me a cumprir se vencedor for deste certame. Igualmente estou ciente de que quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, ensejará a desclassificação da proposta.

São Jorge - RS, xx de xxxxxxxx de 2021.

Local e Data

---

Assinatura do representante legal.